ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Título do capítulo	**CAPÍTULO 1** Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005
Autores(as)	Rodolfo Hoffmann
DOI	

Título do livro	**DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA QUEDA RECENTE: UMA ANÁLISE DA QUEDA RECENTE**
Organizadores(as)	Ricardo Paes de Barros Miguel Nathan Foguel Gabriel Ulyssea
Volume	1
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Ipea
Ano	2006
Edição	-
ISBN	858617087-9
DOI	

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2006

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/ portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CAPÍTULO 1

Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005*

Rodolfo Hoffmann**

1 INTRODUÇÃO***

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), este artigo analisa, inicialmente, a redução da desigualdade de distribuição da renda no Brasil, de 1995 a 2005. A desigualdade do rendimento das pessoas economicamente ativas mostra tendência de diminuição ao longo de todo o período, mas a desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC) decresce mais acentuadamente apenas a partir de 2001. Em seguida, examina-se pormenorizadamente a distribuição do RDPC no período 2001-2005 e são analisadas as curvas de crescimento para pobres nos períodos 1997-2005, 2001-2005 e 2002-2005.

Finalmente, são apresentados vários indicadores de posição e de desigualdade da distribuição do RDPC e do rendimento por pessoa economicamente ativa no Brasil, em 2005, incluindo o valor da renda que delimita os "relativamente pobres" e os "relativamente ricos", valor esse que pode balizar a fixação do limite de isenção do imposto de renda.

2 REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

Neste capítulo, a análise restringe-se aos dados das Pnads, sendo consideradas as seguintes distribuições:

a) do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC), definido como o cociente entre o rendimento domiciliar e o número de pessoas

*Este trabalho é uma versão atualizada e bastante modificada do artigo intitulado *Brasil, 2004: menos pobres e menos ricos* (Hoffmann, 2006a).

** Professor do Instituto de Economia da Unicamp, com apoio do CNPq. O autor agradece as sugestões de Ângela Kageyama, Marlon Gomes Ney e José Adrian Pintos Payeras.

***Todos os resultados empíricos deste capítulo foram elaborados pelo autor com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

residentes, excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos, e considerando apenas os domicílios particulares permanentes com declaração de rendimento;

b) do rendimento mensal de todas as fontes por pessoa economicamente ativa com rendimento positivo (PEA com renda positiva);

c) do rendimento mensal de todas as fontes para a PEA total (PEA com declaração de rendimento, incluindo os que declararam rendimento nulo); e

d) rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento (POC).

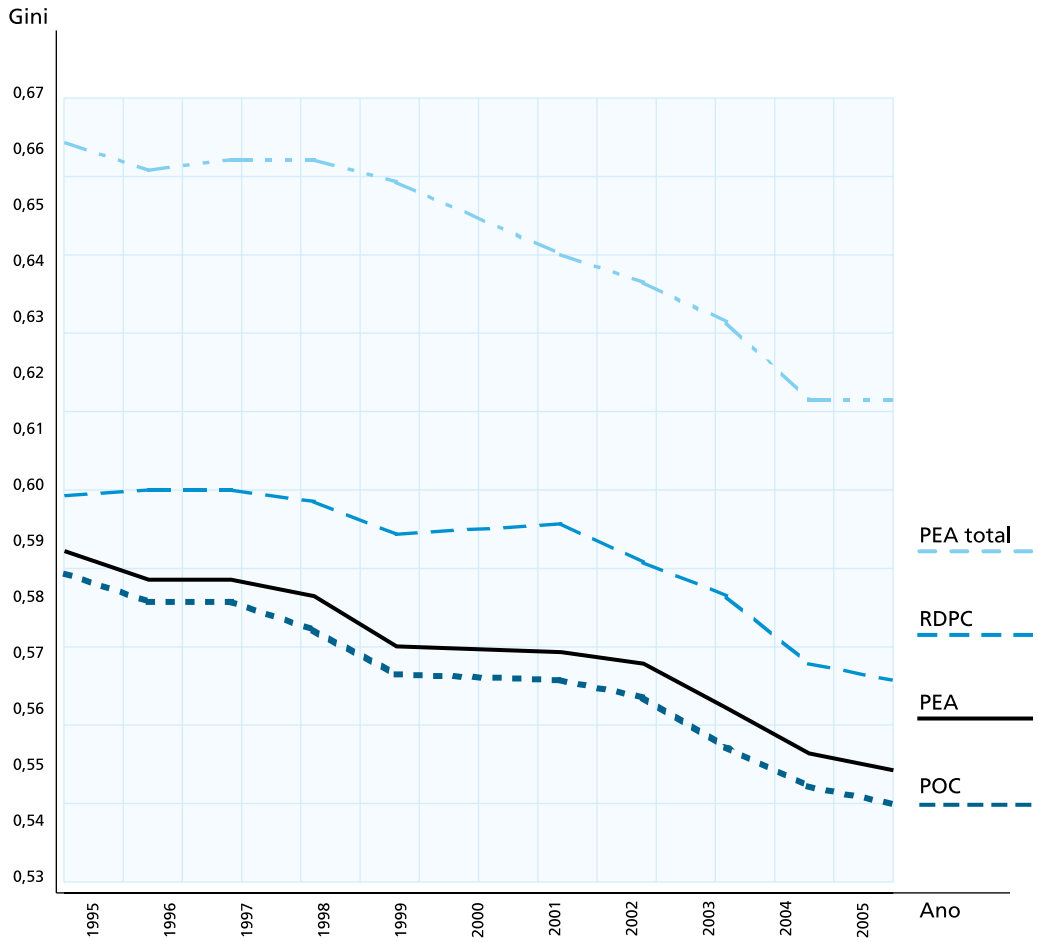
Cabe ressaltar que, para todos os anos, foram utilizados os microdados fornecidos pelo IBGE, considerando sempre a última versão disponível para os fatores de expansão associados a cada observação da amostra. Até 2003, a Pnad não cobria a área rural da antiga Região Norte. Então, para manter a comparabilidade dos resultados ao longo do tempo, nas Pnads de 2004 e 2005 foram desconsiderados os dados referentes à área rural da antiga Região Norte.

TABELA 1

Evolução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1995 e 2005: índice de Gini e T de Theil para renda domiciliar *per capita* (RDPC), rendimento mensal total de pessoas economicamente ativas com rendimento positivo (PEA) ou incluindo os sem rendimento (PEA total) e rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC)

Ano	Índice de Gini para				T de Theil para			
	RDPC	PEA	PEA total	POC	RDPC	PEA	PEA total	POC
1995	0,599	0,589	0,662	0,585	0,727	0,710	0,907	0,698
1996	0,600	0,584	0,657	0,580	0,726	0,698	0,889	0,687
1997	0,600	0,584	0,659	0,580	0,731	0,703	0,902	0,690
1998	0,598	0,581	0,659	0,575	0,728	0,697	0,903	0,677
1999	0,592	0,572	0,655	0,567	0,706	0,666	0,881	0,650
2001	0,594	0,571	0,642	0,566	0,720	0,680	0,862	0,664
2002	0,587	0,569	0,637	0,563	0,705	0,670	0,843	0,655
2003	0,581	0,561	0,630	0,554	0,680	0,652	0,824	0,635
2004	0,569	0,553	0,616	0,547	0,656	0,637	0,791	0,623
2005	0,566	0,550	0,616	0,544	0,650	0,641	0,800	0,624

GRÁFICO 1
Queda do índice de Gini da desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2005



A tabela 1 mostra a variação do índice de Gini e da medida T de Theil para as quatro distribuições de renda definidas anteriormente, de 1995 a 2005. Para a renda domiciliar *per capita* (RDPC), a queda no índice de Gini entre 1995 e 2001 é muito pequena, e é apenas a partir de 2001 que se observa uma clara tendência decrescente. Para as outras três distribuições analisadas, é possível considerar que houve uma tendência de redução da desigualdade ao longo do período 1995-2005.[1] O gráfico 1 permite visualizar as variações nos índices de Gini das quatro distribuições. Percebe-se que, em 2005, ocorreu desaceleração do ritmo de redução da desigualdade medida pelo índice de Gini.[2] Na tabela 1 verifica-se que a medida T de Theil, que é mais sensível a mudanças na cauda direita da distribuição, indica ligeiro aumento da

[1] A maior redução da desigualdade na distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas no Brasil no período 1995-2001 é assinalada em Hoffmann (2002).

[2] Essa mudança no ritmo de redução da desigualdade já fora antecipada por Barros et al. (2006), utilizando dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Ver também Ipea (2006), especialmente a seção 3.4. Soares (2006) também analisou a recente queda na desigualdade da distribuição da renda no Brasil.

desigualdade entre pessoas economicamente ativas (PEA) e entre pessoas ocupadas (POC).

2.1 Queda do índice de Gini da distribuição da renda no Brasil, de 1995 a 2005

É compreensível que a desigualdade da RDPC mostre um comportamento distinto do observado na PEA ou em pessoas ocupadas, pois estas últimas distribuições refletem diretamente o que ocorre no mercado de trabalho. Note-se, por exemplo, que as pessoas inativas, que recebem aposentadorias e pensões, estão consideradas no cálculo da RDPC, mas estão excluídas das outras três distribuições analisadas. A distribuição da RDPC é afetada pela composição das famílias (número de crianças, número de pessoas economicamente ativas, número de aposentados, etc.) e pela associação entre os componentes do rendimento domiciliar.

Observa-se, na tabela 1, que o índice de Gini do rendimento da PEA total (incluindo pessoas com rendimento nulo) é sempre maior do que o índice de Gini para a PEA com rendimento positivo, mas ambos apresentam tendência de redução ao longo do período analisado, mostrando que as variações no desemprego não chegaram a inverter o sentido das variações na desigualdade (exceto no período 1996-1998).

3 MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* ENTRE 2001 E 2005

Conforme vimos na tabela 1, o índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC) caiu de 0,594 em 2001 para 0,566 em 2005. Essa redução de 2,8 pontos percentuais em quatro anos pode parecer pequena, mas cabe assinalar que o valor absoluto de sua intensidade anual é semelhante ao do crescimento de 8 pontos percentuais do índice de Gini do rendimento da PEA no Brasil, na década de 1960, que mereceu grande destaque na literatura sobre distribuição de renda e no debate político.

Outros indicadores de desigualdade confirmam essa perspectiva. A percentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos cai de 47,2% em 2001 para 45,0% em 2005, ao mesmo tempo em que a percentagem da renda total recebida pelos 5% mais ricos cai de 33,8% para 32,0%. Em 2001 a percentagem da renda total apropriada pelo 1% mais rico (13,8%) ainda era maior do que a percentagem da renda apropriada

pelos 50% mais pobres (12,7%). A situação inverte-se em 2005, ficando 12,9% para o centésimo mais rico e 14,2% para a metade mais pobre. O índice T de Theil diminui de 0,720 em 2001 para 0,650 em 2005.

Para comparar os rendimentos de diferentes anos, eles serão expressos em reais de agosto de 2006, utilizando o INPC como deflator. Como a Pnad levanta o rendimento de setembro e a maioria das pessoas recebe o pagamento no início de outubro, obtém-se um deflator para o início de outubro calculando a média geométrica entre os valores do INPC de setembro e outubro.[3]

A tabela 2 mostra o valor médio do RDPC na população em seis estratos delimitados por percentis. Cada um dos quatro primeiros estratos abrange 20% da população, ordenado conforme valores crescentes do RDPC. Assim, o primeiro estrato é o quinto mais pobre. O quinto estrato é formado pelos 10% da população delimitados pelo 8º e pelo 9º decil. Finalmente, o sexto estrato é constituído pelos 10% mais ricos. Cabe ressaltar que os limites entre estratos variam de ano para ano. O valor do 4º decil (o limite entre o 2º e o 3º estratos) aumenta de R$ 170,8 em 2001 para R$ 192,0 em 2005 (sempre em reais de agosto de 2006), ao mesmo tempo que o 9º decil (o limite entre o 5º e o 6º estratos) aumenta de R$ 938,3 para R$ 947,2.

TABELA 2
Evolução do rendimento médio de seis estratos da distribuição da renda domiciliar *per capita*: Brasil, 2001–2005

Estrato	Renda média em R$ de agosto de 2006					Variação (%)	
	2001	2002	2003	2004	2005	2001—2004	2001—2005
Quinto mais pobre	51,1	55,7	52,7	59,3	64,8	16,0	26,6
Segundo quinto	128,0	131,1	126,5	137,3	147,5	7,3	15,2
Terceiro quinto	224,6	226,9	219,2	232,8	250,1	3,7	11,4
Quarto quinto	393,1	394,5	377,4	395,1	418,1	0,5	6,4
Nono décimo	707,4	704,6	668,1	688,4	719,9	–2,7	1,8
Décimo mais rico	2057,5	2044,2	1891,6	1911,9	2031,0	–7,1	–1,3
Total	435,8	436,5	411,1	424,9	451,2	–2,5	3,5

O rendimento médio de toda a população permanece praticamente o mesmo em 2001 e 2002, cai em 2003, recupera-se parcialmente em 2004 e cresce 6,2% em 2005. No período 2001-2004, esse rendimento médio diminui 2,5%, mas cresce 3,5% entre 2001 e 2005. Em virtude da redução da desigualdade, o comportamento da renda mediana é mais favorável do que o da renda média: aquela aumenta

[3] Para colocar as rendas das Pnads de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 em reais de agosto de 2006, elas foram multiplicadas, respectivamente, por 1,464332, 1,332161, 1,140270, 1,077372 e 1,024036.

de R$ 219,6 em 2001 para R$ 229,8 em 2004 (crescimento de 4,6%) e para R$ 245,8 em 2005 (crescimento de 11,9% em relação a 2001).

A tabela 2 mostra que, entre 2001 e 2004, aumentou a renda média dos três primeiros estratos e diminuiu a renda média dos dois últimos estratos. A variação no rendimento médio é de 16,0% para os 20% mais pobres e de –7,1% para os 10% mais ricos. Assim, os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos tornaram-se menos ricos no período 2001-2004.

Considerando o período 2001-2005, no qual a média geral cresceu 3,5%, verifica-se, novamente, que o crescimento percentual da renda média dos estratos diminui conforme aumenta o nível de renda. Enquanto a renda média do quinto mais pobre cresce 26,6%, a renda média do décimo mais rico em 2005 é 1,3% menor do que em 2001. Para esse período, também se pode dizer que os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos tornaram-se menos ricos.

Em lugar de comparar, ao longo do tempo, estratos com determinadas percentagens da população, podemos delimitar os estratos com valores constantes. A tabela 3 mostra a evolução do número e da proporção de pessoas cuja renda domiciliar *per capita* (RDPC) é igual ou menor do que R$ 100 e, também, duas medidas de pobreza que levam em consideração a intensidade da pobreza: o índice de Sen e o índice de Foster, Greer e Thorbecke. Em outro extremo da distribuição, a mesma tabela mostra a evolução do número e da proporção de pessoas com RDPC acima de R$ 2.000, sempre considerando valores reais, em moeda de agosto de 2006.

TABELA 3

Percentagem e número de pessoas com renda domiciliar *per capita* (RDPC) igual ou abaixo de R$ 100 e acima de R$ 2.000 e medidas de pobreza: Brasil, 2001-2005

Estrato e variável	2001	2002	2003	2004	2005
RDPC ≤ 100[1]					
Pessoas (milhões)	38,10	37,60	39,79	35,15	30,76
%	23,0%	22,3%	23,2%	20,3%	17,4%
Índice de Sen[2]	0,1361	0,1237	0,1328	0,1126	0,0973
Índice FGT[3]	0,0612	0,0524	0,0577	0,0477	0,0414
RDPC >2.000[1]					
Pessoas, (milhões)	5,07	5,21	4,61	4,72	5,45
%	3,1%	3,1%	2,7%	2,7%	3,1%

Notas: [1] Em reais de agosto de 2006.
[2] Índice de pobreza de Sen, com linha de pobreza de R$ 100.
[3] Índice de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke, com linha de pobreza de R$ 100 (em moeda de agosto de 2006).

Verifica-se que o número e a proporção de pobres (RDPC ≤ 100) e também o número e a proporção de ricos (RDPC > 2.000) diminuíram de 2001 a 2004. Em comparação com 2001, em 2004 há menos pobres e menos ricos no Brasil, de acordo com os dados da Pnad.

Com crescimento de 6,2% na renda média entre 2004 e 2005, ocorre nova redução da pobreza absoluta, fazendo que o número e a proporção de pobres em 2005 sejam substancialmente menores do que em 2001. No período 2001-2005, a queda relativa nos valores do índice de pobreza de Sen e da medida FGT é ainda mais intensa do que na proporção de pobres.

Por sua vez, o crescimento da renda média entre 2004 e 2005 favorece o crescimento do número dos ricos (RDPC > 2.000), que se torna maior do que em 2001. Observa-se, entretanto, que a percentagem de pessoas com RDPC acima de R$ 2.000 é aproximadamente a mesma em 2001 e 2005, ou seja, de 3,1%.

4 CURVAS DE CRESCIMENTO PARA POBRES NO BRASIL ENTRE 1997 E 2005

Para avaliar como o crescimento econômico (ou a ausência de crescimento) afetou os relativamente pobres, vamos utilizar a "curva de crescimento para pobres" proposta por Son (2004). Sejam y_{1h} e y_{2h} as rendas médias dos h% mais pobres nos dois anos que estamos comparando. Para $h = 40$, por exemplo, teríamos as rendas médias, nos dois anos comparados, dos 40% mais pobres em cada ano. Note-se que, para $h = 100$, y_{1h} e y_{2h} são as rendas médias de toda a população em cada ano.

O crescimento percentual da renda média dos h% mais pobres no período analisado é:

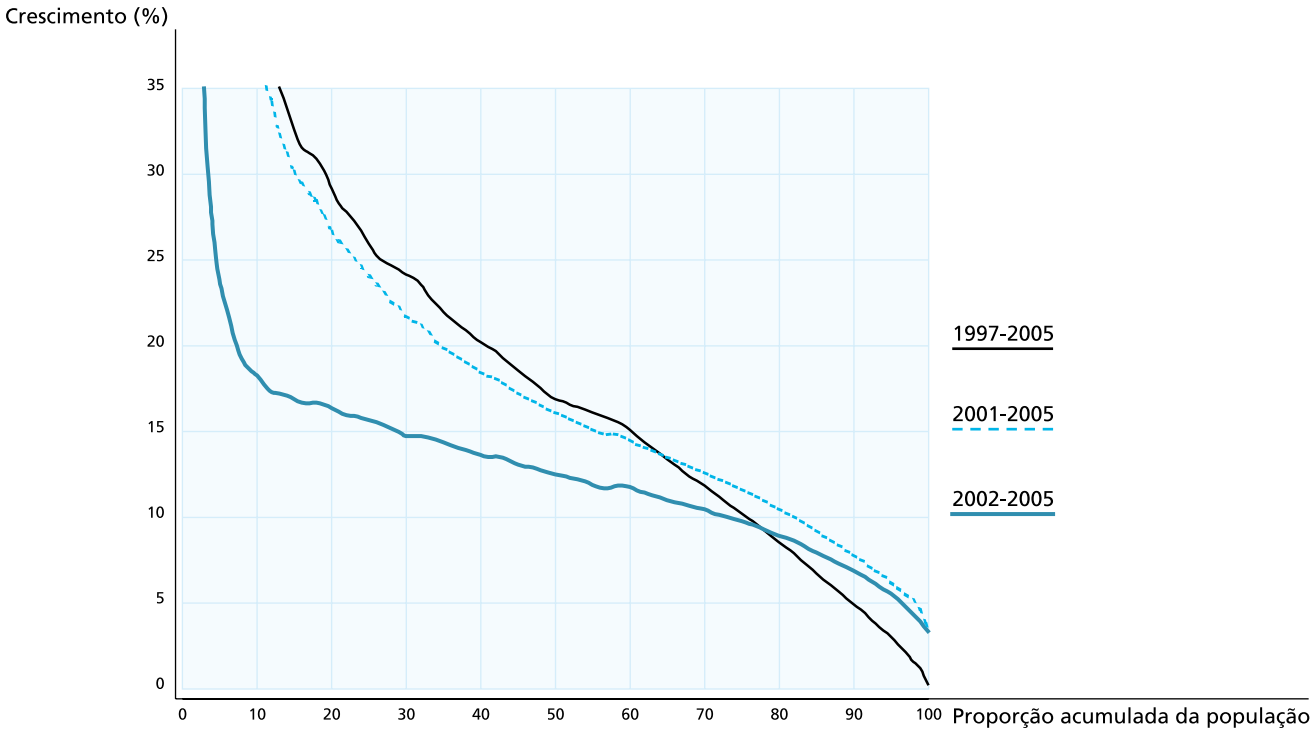
$$r_h = \left(\frac{y_{2h}}{y_{1h}} - 1 \right) 100 .$$

Cabe lembrar que r_{100} é o crescimento da renda média de toda a população no período considerado. O gráfico que mostra como r_h varia em função de h é a "curva de crescimento para pobres" de Son.

Para construir as curvas apresentadas no gráfico 2, os rendimentos de 1997, 2001, 2002 e 2005 foram expressos em reais de agosto de

2006.[4] Para permitir a comparação, na Pnad de 2005, foram excluídas as observações referentes à área rural da antiga Região Norte, onde não foram coletados dados nas Pnads anteriores a 2004.

GRÁFICO 2
Curvas de crescimento para pobres nos períodos 1997-2005, 2001-2005 e 2002-2005 Brasil, rendimento domiciliar *per capita*



O gráfico 2 mostra as curvas de crescimento para pobres nos períodos 1997-2005, 2001-2005 e 2002-2005, considerando a distribuição do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil (exclusive a área rural da antiga Região Norte).[5] As três curvas são decrescentes, mostrando que, nesses três períodos, as variações de renda foram muito mais favoráveis aos pobres (ou aos relativamente pobres). A ordenada do último ponto de cada curva mostra o crescimento da renda média no período, a saber: apenas 0,3% de 1997 a 2005, 3,5% de 2001 a 2005 e 3,4% de 2002 a 2005. Quando consideramos, porém, a média dos 30% mais pobres, verificamos que ela cresce 24,2% de 1997 a 2005, 21,8% de 2001 a 2005, e 14,7% de 2002 a 2005.

[4] Para expressar os rendimentos da Pnad de 1997 em reais de agosto de 2006, eles foram multiplicados por 1,844586. Para os demais anos, ver nota de rodapé anterior.

[5] Ver as curvas de crescimento para pobres nos períodos 1997-2004, 2001-2004 e 2002-2004 em Hoffmann (2006b).

Se a ordenada da curva de crescimento para pobres, sendo $h<100$, é sempre maior do que a ordenada do ponto final (com $h = 100$), podemos concluir que ocorreu redução da desigualdade no período analisado. O gráfico 2 mostra que, nos três períodos considerados, houve redução na desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, confirmando os resultados apresentados na tabela 1.

5 LIMITE ENTRE OS RELATIVAMENTE POBRES E OS RELATIVAMENTE RICOS EM 2005

Nesta seção, vamos analisar, pormenorizadamente, a distribuição de renda no Brasil em 2005, com base nos dados da Pnad. Como não são feitas comparações com outros anos, serão aqui utilizados todos os dados da Pnad de 2005, incluindo as informações sobre a área rural da antiga Região Norte.

São apresentados dois valores para os rendimentos: o valor obtido na Pnad (em reais de setembro-outubro de 2005) e o valor corrigido, considerando a inflação até agosto de 2006 e a correção para a taxa média de subdeclaração dos rendimentos, que é estimada em 40%.[6]

A tabela 4 mostra os resultados obtidos para a distribuição do rendimento de todas as fontes por pessoa economicamente ativa (PEA) com rendimento positivo e para a distribuição do RDPC.

Embora o índice de Gini seja mais elevado para a distribuição do RDPC, verifica-se que as percentagens da renda total apropriadas pelo décimo mais rico, pelo vigésimo mais rico e pelo centésimo mais rico são maiores na distribuição do rendimento por pessoa economicamente ativa.

O valor corrigido da mediana indica que metade da PEA do País recebe mensalmente R$ 768 ou menos e que metade da população reside em domicílios com renda *per capita* até R$ 405.

Pessoas que recebem mais de R$ 4.779 estão entre os 5% mais bem remunerados. Pessoas em domicílios com renda *per capita* acima de R$ 2.475 estão entre os 5% mais ricos.

A delimitação de quem é "rico" é, obviamente, arbitrária. A definição a seguir estabelece um critério objetivo para delimitar os "relativamente ricos".

[6] A correção para incorporar a inflação entre setembro-outubro de 2005 e agosto de 2006, de acordo com o INPC, corresponde a um fator igual a 1,024036. Então, o fator de correção total fica 1,024036/0,6 = 1,706727.

TABELA 4

Estatísticas sobre a distribuição do rendimento entre pessoas economicamente ativas (PEA) com rendimento e a distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, conforme dados da Pnad de 2005

Estatística	PEA com rendimento de todas as fontes positivo	Rendimento domiciliar *per capita*
Nº de pessoas (1.000)	80.644	180.354
Índice de Gini	0,550	0,567
T de Theil	0,640	0,653
L de Theil	0,561	-
% da renda apropriada pelos		
40% mais pobres	11,1	9,4
50% mais pobres	16,0	14,2
10% mais ricos	45,3	45,1
5% mais ricos	32,5	32,1
1% mais rico	13,3	12,9
Valores observados [1]		
Média	835,3	435,9
1º quartil	300,0	120,8
Mediana	450,0	237,5
3º quartil	800,0	460,0
90º percentil	1.700,0	906,0
95º percentil	2.800,0	1.450,0
99º percentil	6.500,0	3.456,7
Valores corrigidos [2]		
Média	1.426	744
1º quartil	512	206
Mediana	768	405
3º quartil	1.365	785
90º percentil	2.901	1.546
95º percentil	4.779	2.475
99º percentil	11.094	5.900

Notas: [1] Em reais de set.-out. de 2005.

[2] Valores originais divididos por 0,6, a título de correção da subdeclaração, e expressos em reais de agosto de 2006.

Dada uma distribuição de renda e adotada uma medida de desigualdade sensível a modificações na renda de todos os indivíduos, uma pessoa é considerada "relativamente rica" se um pequeno acréscimo em sua renda resulta em aumento da medida de desigualdade. Por oposição, uma pessoa é considerada "relativamente pobre" se um pequeno acréscimo em sua renda resulta em diminuição da medida de desigualdade.

Há, portanto, uma renda (λ) que delimita os relativamente ricos e os relativamente pobres. A pessoa é relativamente rica se sua renda é maior do que λ, e é relativamente pobre se sua renda for menor do que λ. O valor desse limite λ depende da medida de desigualdade adotada. O λ associado ao T de Theil tende a ser maior do que o λ associado ao índice de Gini, que, por sua vez, é maior do que o λ associado ao L de Theil (que é igual à renda média).[7]

O valor do limite λ cresce de acordo com a desigualdade da distribuição. Se, por exemplo, for adotado o índice de Gini (G) como medida de desigualdade, o limite λ será o percentil de ordem $(1+G)/2$. Como o índice de Gini no Brasil tem diminuído nos últimos anos, o correspondente limite λ é um percentil cada vez mais baixo da distribuição. Em 2005, o índice de Gini para o rendimento de todas as fontes de pessoas economicamente ativas (com rendimento) é igual a 0,550 e, conseqüentemente, o correspondente limite λ é o percentil de ordem 77,5, que é igual a R$ 900, em moeda corrente.

A tabela 5 mostra os valores originais e os valores corrigidos do limite λ, considerando, alternativamente, o índice de Gini e a medida T de Theil.

TABELA 5

O limite (λ) entre os relativamente ricos e os relativamente pobres para a distribuição do rendimento entre pessoas economicamente ativas (PEA) com rendimento e para a distribuição do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC): Brasil, 2005

Distribuição	Medida de desigualdade	O limite λ	
		Valor original [1]	Valor corrigido [2]
PEA	Índice de Gini	900,0	1.536
	T de Theil	1.584,0	2.703
RDPC	Índice de Gini	512,3	874
	T de Theil	837,3	1.429

Notas: [1] Em reais de set.-out. de 2005.

[2] Valores originais divididos por 0,6, a título de correção da subdeclaração, expressos em reais de agosto de 2006.

Considerando a distribuição do rendimento de todas as fontes por pessoa economicamente ativa e adotando o índice de Gini como medida de desigualdade, o valor corrigido do limite λ é de R$ 1.536. Isso significa que uma redução no imposto de renda para alguém que ganhe mais do que esse valor vai causar uma elevação do índice de

[7] Ver demonstrações em Hoffmann (2001).

Gini. Assim, se for considerado que um dos objetivos do imposto sobre a renda é reduzir a desigualdade, o limite λ indicará um valor apropriado para o limite de isenção desse imposto.

Para a distribuição do RDPC, o valor corrigido do limite λ associado ao índice de Gini, em reais de agosto de 2006, é de R$ 874. De acordo com os conceitos apresentados, pessoas com RDPC acima desse valor são "relativamente ricas" no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil mereceu destaque na literatura sobre distribuição de renda pelo intenso crescimento da desigualdade entre 1960 e 1970 e por manter a desigualdade muito elevada desse período em diante. É certo que ocorreram algumas oscilações substanciais nas medidas de desigualdade, geralmente associadas à aceleração da inflação ou a interrupções efêmeras desse processo. Os dados da Pnad indicam que, a partir de 1995, e especialmente a partir de 2001, houve um processo mais estável de redução da desigualdade.

Cabe ressaltar, entretanto, que o índice T de Theil para a distribuição da renda por pessoa economicamente ativa, que vinha caindo desde 2001, da mesma maneira que outras medidas de desigualdade, aumentou entre 2004 e 2005.

Comparando a distribuição do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC) de 2001 com a de 2005, verifica-se que, em 2005, há menos pobres, e os pobres são menos pobres. Na outra cauda da distribuição, a percentagem de pessoas com RDPC maior do que R$ 2.000 (em moeda de agosto de 2006) é a mesma nos dois anos (3,1%).

Adotando o índice de Gini como medida de desigualdade e fazendo uma correção para a subdeclaração dos rendimentos, estima-se que o limite entre os "relativamente pobres" e os "relativamente ricos" na distribuição do rendimento por pessoa economicamente ativa seja R$ 1.536 (em reais de agosto de 2006). Isso significa que tanto o aumento no rendimento de uma pessoa que ganha mais do que R$ 1.536 como a redução no rendimento de alguém que ganha menos que isso causam aumento no índice de Gini dessa distribuição.

Nas mesmas condições, o limite entre "relativamente pobres" e "relativamente ricos" na distribuição do RDPC é de R$ 874.

7 REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. et al. Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 22, p. 89-119, jun. 2006. Edição especial.

BARROS R. P. et al. **Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, jul.2006. (Texto para discussão n. 1.201).

HOFFMANN, R. Effect of the rise of a person's income on inequality. **Brazilian Review of Econometrics** v. 21, n. 2, p. 237-262, nov. 2001.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade** v. 11, n. 19, p. 213-235, jul.-dez. 2002.

_____. Brasil, 2004: menos pobres e menos ricos. **Parcerias Estratégicas,** Brasília, v. 22, p. 77-88, jun. 2006a. Edição especial.

_____. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e 5 regiões entre 1997 e 2004. **Econômica** v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Nota técnica reprodu-zida neste volume. Ago. 2006.

SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** Brasília: Ipea, fev. 2006. (Texto para discussão n. 1.166).

SON, H. H. A note on pro-poor growth. **Economic Letters** v. 82, p. 307-314, 2004.